



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 056

15 de maio de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
TJRJ	Atos Normativos 14 e 13 de 2020 , publicados em 15.05.2020	Suspendem os prazos dos processos físicos e eletrônicos a partir do dia 15.05.2020 até o dia 31.05.2020, bem como trata do plantão extraordinário nesse período.
ERJ	Lei Estadual 8.818 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual durante o plano de contingência do novo coronavírus, discriminando os estabelecimentos ou instituições que deverão fornecer os EPI's aos seus funcionários ou colaboradores.
	Lei Estadual 8.820 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Autoriza o poder executivo a utilizar câmeras termais com o fim de detectar pessoas com febre em locais de grande fluxo, como forma de prevenção a doenças infectocontagiosas.
	Lei Estadual 8.824 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Autoriza o poder executivo a conceder benefícios fiscais do ICMS incidentes nas operações e prestações realizadas no âmbito da adoção de medidas de prevenção ao contágio de enfrentamento e contingenciamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.
	Lei Estadual 8.828 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Autoriza o poder executivo a credenciar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro farmácias da rede privadas para proceder a vacinação contra a gripe em idosos.
	Lei Estadual 8.830 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Autoriza o poder executivo a antecipar a dispensação de medicamentos de uso contínuo no Estado do Rio de Janeiro em casos de endemia epidemia e pandemia em toda a rede de saúde.
	Lei Estadual 8.831 de 14.05.2020 , publicada em 15.05.2020	Autoriza o poder executivo a contratar em caráter emergencial profissionais de saúde de outras nacionalidades que tem atuado no programa mais médicos.
	Notícia – Governo do Estado e Metrô Rio prorrogam a manutenção da tarifa de R\$ 4,60 do metrô até 31 de maio ,	O Governo do Estado e o Metrô Rio decidiram manter a prorrogação da atual tarifa, no valor de R\$ 4,60, até o dia 31 de

	disponibilizada em 15.05.2020	<p>maio, em função dos impactos sociais provocados pela pandemia da Covid-19.</p> <p>A nova tarifa, de R\$ 5, foi homologada pela Agetransp em sessão regulatória no dia 28 de fevereiro. O contrato de concessão prevê reajuste anual baseado no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas. A variação do índice foi de 7,808% entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020.</p>
	<p>Notícia – Procon-RJ fiscaliza aumento abusivo de preços de Oxímetros e medicamentos, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>O Procon Estadual do Rio de Janeiro, autarquia vinculada à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, esteve nesta quinta-feira (14/05) em dez estabelecimentos na Tijuca, Campo Grande e na Barra da Tijuca, bairros das Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro.</p>
CNJ	<p>Provimento 99 de 15.05.2020</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação para o dia 31 de maio de 2020 do prazo de vigência do Provimento nº 91, 22 de março de 2020, do Provimento nº 93, de 26 de março de 2020, do Provimento nº 94, de 28 de março de 2020, do Provimento nº 95, de 1º de abril de 2020, do Provimento nº 97, de 27 de abril de 2020 e do Provimento nº 98, de 27 de abril de 2020 e que poderá ser ampliado ou reduzido por ato do Corregedor Nacional de Justiça, caso necessário.</p>
	<p>Recomendação 66 de 13.05.2020</p>	<p>Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à sociedade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.</p>
OAB	<p>Notícia – OAB defende pagamento de precatórios para credores mais vulneráveis ao coronavírus, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>A OAB Nacional encaminhou, no dia 15 de abril, ofícios ao presidente do Senado Federal, David Alcolumbre, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Facundo de Almeida Júnior, em que pede o imediato pagamento dos precatórios, com previsão orçamentária para 2020.</p>
CONJUR	<p>Notícia – Fechamento do comércio justifica redução de aluguéis, diz juiz de SP, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>O fechamento do comércio em decorrência da epidemia do novo coronavírus impacta negativamente no caixa das empresas, dificultando que elas cumpram suas obrigações tal como pactuado</p>

		<p>anteriormente e justificando a distribuição equitativa dos prejuízos.</p> <p>Com base nesse entendimento, o juiz Marcelo Octaviano Diniz Junqueira, da 2ª Vara Cível de Atibaia (SP), concedeu liminar autorizando redução de 35% do aluguel pago por empresa, uma pizzaria em Atibaia (SP).</p>
	<p>Notícia – Por causa da crise, escritórios de advocacia pedem à Justiça redução de aluguéis, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>Para conter a propagação do coronavírus, o estado de São Paulo restringiu o atendimento presencial ao público em escritórios de advocacia, afetando a atividade deles.</p> <p>Com esse fundamento e entendendo que a epidemia da Covid-19 é hipótese de caso fortuito ou força maior, a 22ª Vara Cível de São Paulo concedeu tutela de urgência para permitir que o Veirano Advogados pague 65% do aluguel de R\$ 644 mil até dezembro de 2020.</p>
	<p>Notícia – Justiça Federal autoriza reabertura gradativa de serviços e comércio no DF, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>A juíza Kátia Balbino Ferreira, da 3ª Vara Cível da Justiça Federal do Distrito Federal, autorizou reabertura gradativa de serviços e comércio no DF. De acordo com a decisão, desta sexta-feira (15/5), as aberturas poderão acontecer em blocos de atividades, com intervalo de 15 dias entre cada setor.</p>
	<p>Notícia – Concessionária de eletricidade deve cobrar pelo consumo efetivo, diz TJ-SP, disponibilizada em 14.05.2020</p>	<p>Uma concessionária de energia elétrica deverá faturar as contas de uma empresa com base no efetivo consumo registrado pelo relógio medidor, pelo período de três meses.</p> <p>Isso porque o contrato original prevê o pagamento mensal de uma quantia fixa de cerca de R\$ 22 mil, e não a tarifação de acordo com o consumo real de eletricidade.</p>
UNIÃO	<p>Lei nº 13.998, de 14.5.2020, publicada em 15.05.20</p>	<p>Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.</p>
CSJT	<p>Notícia - A criação do CSJT e a uniformização da Justiça do Trabalho, publicada em 14.05.20</p>	<p>Daqui a exatamente um mês, dia 15 de junho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) completa 15 anos de existência. Para marcar a data, o CSJT apresenta a primeira reportagem especial da série comemorativa “De 15 a 15: Um</p>

		<p>mês sobre os 15 anos do CSJT”, que começa nesta sexta-feira (15/5) e vai até 15 de junho, aniversário do CSJT. Ela destaca justamente a criação do CSJT e o seu contexto histórico. “Celebrar essa data é motivo de muito orgulho. Ao longo desses 15 anos de existência o CSJT se firmou, se consolidou e exerce papel essencial para o funcionamento da Justiça do Trabalho”, descreve a presidente do órgão no biênio 2020/2022, ministra Maria Cristina Peduzzi, primeira mulher a comandar a direção do Conselho</p>
<p>TRT 1ª Região</p>	<p>Notícia - Turmas do TRT/RJ iniciam a realização de sessões de julgamento telepresenciais, publicada em 15.05.20</p>	<p>Os órgãos colegiados de segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) já deram início às sessões de julgamento telepresenciais. A 9ª Turma, por exemplo, presidida pelo desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, realizou sua primeira sessão na manhã de terça-feira (12/5). Ao todo, foram julgados 15 processos trabalhistas. A 6ª Turma, presidida pelo desembargador Theocrito Borges dos Santos Filho, também realizou sua primeira sessão nesta semana, no dia 14/5.</p> <p>As sessões telepresenciais estão sendo realizadas com a Plataforma Emergencial de Videoconferência (Webex Meetings), instituída e disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que permite a participação de advogados e a interação entre esses e os desembargadores que compõem o colegiado. Anteriormente, o TRT/RJ vinha promovendo apenas sessões de julgamento virtuais (na modalidade Plenário Virtual), sem a participação de advogados.</p> <p>Datas das sessões</p> <p>Confira abaixo as datas em que estão previstas sessões de julgamento telepresenciais em algumas Turmas do TRT/RJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1ª Turma - Sessões nos dias 19, 22 e 26/5, esta última englobando 40 processos;

		<ul style="list-style-type: none"> • 5ª Turma - Sessão designada para o dia 10/6; • 6ª Turma - Serão realizadas nos meses de maio (14, 19 e 26) e junho (2, 9, 16, 23 e 30); • 7ª Turma - Sessões previstas para os meses de junho, julho e agosto; • 9ª Turma - Agendadas inicialmente para os dias 12, 14, 19 e 21/5; • 10ª Turma - Previstas para os meses de maio (20 e 27), junho (3, 17 e 24) e julho (dias 1º e 8).
TRT 10ª Região	<p>Notícia - TRT-10 mantém sentença que afastou justa causa para demissão de vendedor dependente químico, publicada em 15.05.20</p>	<p>A Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) manteve, por unanimidade, sentença que afastou a justa causa para a demissão aplicada a um vendedor, dependente químico, que abandonou o veículo da empresa na rua. Lembrando que a dependência química é reconhecida como doença, o relator do caso, desembargador Ricardo Alencar Machado, explicou em seu voto que o trabalhador não se encontrava no pleno domínio de seus atos, sendo incapaz de reconhecer a gravidade de sua conduta, o que afasta o dolo na prática do ato.</p>
MPRJ	<p>Notícia - MPRJ recomenda que Município do Rio providencie Plano de Gestão de Óbitos, publicada em 15.05.20</p>	<p>O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Covid-19 (FTCOVID-19/MPRJ), do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP/MPRJ), do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ) e da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital, expediu Recomendação para que a prefeitura do Rio providencie a elaboração ou adaptação, se necessário, de um Plano de Gestão de Óbitos que contemple o conjunto de ações e matriz de responsabilidades referentes a toda a cadeia dos óbitos. O objetivo é contemplar o expressivo aumento do número de mortes no Município e as dificuldades operacionais em decorrência disso.</p>

STF	<p>Notícia - Partidos e ABI contestam restrições à responsabilização de agentes públicos por atos relacionados à pandemia, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu nesta sexta-feira (15) cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra a Medida Provisória (MP) 966/2020, que restringe a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos durante a pandemia da Covid-19. As ações foram ajuizadas pelo partido Rede Sustentabilidade (ADI 6421), pelo Cidadania (ADI 6422), pelo Partido Socialismo e Liberdade (ADI 6424), pelo Partido Comunista do Brasil (ADI 6425) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ADI 6427). A medida provisória prevê, entre outros pontos, que os agentes públicos somente poderão ser responsabilizados nas esferas civil e administrativa se agirem ou se omitirem com dolo ou erro grosseiro pela prática de atos relacionados, direta ou indiretamente, com as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública e de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da pandemia.</p>
Prefeitura do Rio de Janeiro	<p>Notícia - Procon Carioca recomenda negociação de contratos escolares na pandemia, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Procon Carioca e juntamente com a ProconsBrasil, recomenda que as escolas abram canais de diálogo com os pais para a negociação de mensalidades. Isto por conta da pandemia do coronavírus que trocou, momentaneamente, o método presencial pela educação online. Segundo a recomendação, as escolas devem apresentar planilhas de custos de forma transparente, fazendo a readequação financeira do contrato, dando descontos, tendo em vista que os custos diminuiram com o ensino à distância, já que o presencial exige equipamentos que o online não comporta.</p> <p>Segundo o presidente do Procon Carioca, Benedito Alves, a recomendação também inclui suspensão de cobranças de</p>

		passeios, academia, atividades extracurriculares, serviço de transporte e outras atividades que sejam oferecidos pelas escolas.
	<p>Notícia - Prefeitura altera horários do transporte gratuito para servidores essenciais no combate à Covid-19, disponibilizada em 15.05.2020</p>	<p>A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Educação, altera, a partir da segunda-feira, 18/05, os horários do transporte gratuito disponibilizado para os servidores considerados essenciais para o combate ao novo coronavírus (Covid-19). As mudanças ocorrem a pedido dos profissionais da Saúde, Assistência Social e Guarda Municipal, que solicitaram ajustes com o objetivo do sistema de transporte alcançar mais pessoas, que utilizam os veículos de casa para o trabalho e vice-versa. As novidades abrangem os coletivos que partem, a partir das 6h05 da manhã, dos municípios da Baixada Fluminense – tabela completa dos novos horários segue abaixo. O sistema de veículos que atende aos profissionais de saúde do Hospital de Campanha do Riocentro permanece sem alteração.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados